

Nota Técnica 1
Déficit Habitacional
no Brasil 2011-2012
Resultados Preliminares



Centro de Estatística e Informações - CEI

Belo Horizonte, junho de 2014

NOTA TÉCNICA 1

DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL 2011-2012: RESULTADOS
PRELIMINARES

Belo Horizonte
Junho de 2014

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
GOVERNADOR
Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SECRETÁRIA
Renata Maria Paes de Vilhena

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
PRESIDENTE
Marilena Chaves

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
DIRETOR
Frederico Poley Martins Ferreira

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSESSORA-CHEFE
Olívia Bittencourt

NOTA TÉCNICA 1

DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL 2011-2012: RESULTADOS
PRELIMINARES

Belo Horizonte
Junho de 2014

É permitida a reprodução dos dados publicados desde que citada a fonte.

CONTATOS E INFORMAÇÕES

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)

Alameda das Acácias, 70 – Bairro São Luiz/Pampulha

Caixa Postal 1200 - CEP: 31275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Telefones: (31) 3448-9719 e 3448-9580

Fax: (31) 3448-9477 e 3448-3706

www.fjp.mg.gov.br

e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informação
Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados
preliminares / Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística
e Informação – Belo Horizonte, 2014. (Nota técnica, 1)
19 p.: il.

1. Habitação – Brasil. 2. Política habitacional – Brasil.
3. Política urbana - Brasil. I. Título.

CDU: 333.32(81)

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA
Adriana de Miranda Ribeiro

ELABORAÇÃO
Adriana de Miranda Ribeiro
Raquel de Mattos Viana

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 METODOLOGIA | 7 |
| 3 ESTIMATIVAS PRELIMINARES DO DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL EM 2011 E 2012 | 9 |
| 3.1 Déficit habitacional no Brasil 2011-2012 | 9 |
| 3.2 Déficit habitacional no Brasil série 2007-2012..... | 16 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 18 |
| 5 REFERÊNCIAS | 19 |

1 INTRODUÇÃO

A série de estudos denominada Déficit Habitacional no Brasil, considerada referência entre os estudiosos da questão habitacional e adotada oficialmente pelo governo federal, foi criada em 1995, pela Fundação João Pinheiro (FJP), com o objetivo de desenvolver uma metodologia que fosse clara e o mais fiel possível à realidade habitacional do país. Desde então, ela tem sido utilizada por diferentes esferas de governo, pesquisadores e pela sociedade civil em geral como instrumento útil nas discussões e na elaboração de políticas públicas relacionadas à habitação.

Sua metodologia vem sofrendo alterações ao longo do tempo com o intuito de incorporar críticas e sugestões pertinentes, sempre levando em conta tanto sua viabilidade técnica – em função das fontes de dados disponíveis – quanto sua real contribuição para a obtenção de resultados mais fidedignos.

Dando sequência à proposta de atualização dos resultados, a presente nota técnica tem por objetivo apresentar os resultados preliminares do déficit habitacional no Brasil relativo aos anos 2011 e 2012, além de novas estimativas para o déficit no período 2007 a 2009.

Os dados utilizados foram retirados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 2007 a 2012, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em fevereiro de 2014, com os pesos de expansão da amostra reponderados pela projeção populacional que considerou os resultados do censo demográfico 2010, conforme nota técnica divulgada pelo IBGE (2014).

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesse estudo incorpora as últimas inovações implementadas no volume Déficit Habitacional no Brasil 2007 e mantidas nos estudos subsequentes de 2008 e 2009 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009, 2010, 2012). A exceção diz respeito a uma mudança no cálculo do déficit habitacional relativo que passou a considerar no seu denominador a soma dos domicílios particulares permanentes e dos domicílios improvisados.

A partir do conceito mais amplo de necessidades habitacionais, a metodologia desenvolvida pela FJP trabalha com dois segmentos distintos: o déficit habitacional e a inadequação de moradias. Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento. A inadequação de moradias, por outro lado, reflete problemas na

qualidade de vida dos moradores: não está relacionada ao dimensionamento do estoque de habitações e sim às suas especificidades internas. Seu dimensionamento visa ao delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas para a melhoria dos domicílios.

O déficit habitacional é calculado a partir da soma de quatro componentes: (1º) domicílios precários; (2º) coabitação familiar; (3º) ônus excessivo com aluguel urbano; e (4º) adensamento excessivo de domicílios alugados. Os componentes são calculados de forma sequencial, na qual a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores. Essa forma garante que não há dupla contagem de domicílios, exceto pela coexistência de algum dos critérios e uma ou mais famílias conviventes secundárias que desejem constituir novo domicílio.

O primeiro componente, habitações precárias, considera no seu cálculo dois subcomponentes: os domicílios rústicos e os domicílios improvisados. Os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das suas condições de insalubridade, esse tipo de edificação proporciona desconforto e traz risco de contaminação por doenças. Já os domicílios improvisados englobam todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos e cavernas, entre outros), o que indica a carência de novas unidades domiciliares.

O segundo componente, coabitação familiar, também é composto por dois subcomponentes: os cômodos e as famílias conviventes secundárias que desejam constituir novo domicílio. Os cômodos foram incluídos no déficit habitacional porque esse tipo de moradia mascara a situação real de coabitação, uma vez que os domicílios são formalmente distintos. Segundo a definição do IBGE, os cômodos são domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça de porco entre outros. O segundo subcomponente diz respeito às famílias secundárias que dividem a moradia com a família principal e desejam constituir novo domicílio.

O terceiro componente do déficit habitacional é o ônus excessivo com aluguel urbano. Ele corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel.

O quarto e último componente é o adensamento excessivo em domicílios alugados que correspondem aos domicílios alugados com um número médio superior a três moradores por dormitório.

O quadro 1 apresenta uma síntese da metodologia.

Quadro 1: Metodologia de cálculo do déficit habitacional

| ESPECIFICAÇÃO | COMPONENTES |
|----------------------|--|
| Déficit habitacional | Habitações precárias |
| | -Domicílios rústicos |
| | -Domicílios improvisados |
| | Coabitação familiar |
| | -Cômodos alugados, cedidos e próprios |
| | -Famílias conviventes secundárias com intenção de constituir domicílio exclusivo |
| | Ônus excessivo com aluguel |
| | Adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados |

3 ESTIMATIVAS PRELIMINARES DO DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL EM 2011 E 2012

Apresenta-se nessa seção as estimativas preliminares do déficit habitacional no Brasil para os anos 2011 e 2012. O comportamento dos resultados é descrito considerando o déficit total e seu percentual em relação aos domicílios particulares permanentes e improvisados, os componentes do déficit segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas.

São apresentados, também, os primeiros resultados do déficit habitacional recalculado para o período de 2007 a 2009. Essa atualização se faz necessária para a comparação da série histórica de 2007 a 2012. Essas novas estimativas só foram possíveis com a divulgação de nova reponderação das PNAD, em fevereiro de 2014, a partir de nova projeção populacional, calculada com base nas informações do censo demográfico 2010, conforme nota técnica do IBGE.

3.1 Déficit habitacional no Brasil 2011-2012

Os primeiros resultados mostram que o déficit habitacional, em 2011, correspondia a 5,889 milhões de domicílios, o que representa 9,5% dos domicílios particulares permanentes e improvisados (tab. 1). Em 2012 esse número caiu para 5,792 milhões, o equivalente a 9,1% (tab. 2).

Dentre as regiões com o maior déficit habitacional absoluto destacam-se a Sudeste e a Nordeste com, respectivamente, 2,184 e 1,961 milhões de moradias em 2011 e 2,356 e 1,791 milhões em 2012. Em seguida vem a região Sul com 604 mil, o Norte com 575 mil e o Centro-Oeste com 464 mil domicílios em 2012 (tab. 2). Embora a maior concentração absoluta do déficit se localize nas regiões Sudeste e Nordeste, o percentual mais elevado encontra-se na região Norte: 14% em 2011 e 12,5% em 2012. No período 2011-2012, o déficit relativo caiu em todas as regiões, com exceção da região Sudeste na qual aumentou em 0,5%, passando de 8,0% para 8,5% dos domicílios particulares permanentes e improvisados (tab. 1 e 2).

Entre as unidades da federação com maior déficit absoluto em 2012 destacam-se: São Paulo (1,320 milhões), Minas Gerais (510 mil), Rio de Janeiro (444 mil) e Maranhão (404 mil). Desses estados, apenas o último figura também entre as unidades da federação com maiores déficits relativos. Além do Maranhão, que tem déficit relativo de 21,9%, pode-se citar também Amazonas (16,9%), Acre (14,1%) e Distrito Federal (16,2%). Os estados com menor déficit relativo situam-se na região Sul (tab. 2).

A variação no déficit habitacional absoluto no período 2011-2012 foi bastante diferenciada entre as unidades da federação. Pelo mapa 3 percebe-se que dos 27 estados, 9 registraram aumento, enquanto 18 apresentaram redução. As unidades da federação que tiveram as maiores quedas foram o Amapá e Roraima e os que tiveram a maior elevação foram: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Sergipe, Mato Grosso, Amazonas e Acre.

Em relação às regiões metropolitanas, o comportamento do déficit no período 2011-2012 é diferenciado. Das nove regiões pesquisadas, cinco (Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba) apresentaram aumento no déficit habitacional tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Essa elevação pode ser atribuída ao aumento no componente ônus excessivo com aluguel, que diminuiu apenas na região metropolitana de Porto Alegre. Nas outras quatro regiões metropolitanas (Belém, Recife, Salvador e Porto Alegre) onde o déficit habitacional total e relativo diminuiu, a queda foi puxada principalmente pelo componente domicílios precários.

A composição do déficit habitacional em 2012 mostra que o componente com maior peso no déficit é o ônus excessivo com aluguel respondendo por 2,660 milhões de unidades ou 45,9% do déficit, seguido pela coabitação com 1,865 milhões de domicílios ou 32,2%, habitação precária (883 mil ou 15,3%) e adensamento excessivo em domicílios alugados (382 mil ou 6,6%). Essa distribuição relativa é diferente apenas na região Norte onde o componente domicílios precários tem um peso maior do que o ônus excessivo com aluguel (tab. 2).

Tabela 1: Déficit habitacional total por componentes segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas (RM) – Brasil – 2011

| Especificação | Déficit habitacional | | | | | |
|--------------------------|----------------------|-------------|--------------------|-------------------------|------------------------|-----------------------|
| | Total | | Componentes | | | |
| | Absoluto | Relativo | Habitação precária | Coabitação Familiar (1) | Ônus excessivo aluguel | Adensamento excessivo |
| Norte | 624.119 | 14,0 | 215.815 | 252.954 | 113.768 | 41.582 |
| Rondônia | 47.811 | 9,1 | 14.619 | 13.129 | 15.110 | 4.953 |
| Acre | 22.306 | 11,1 | 6.088 | 9.211 | 5.348 | 1.659 |
| Amazonas | 149.723 | 16,5 | 41.422 | 64.585 | 29.690 | 14.026 |
| Roraima | 21.637 | 16,4 | 6.011 | 9.269 | 4.467 | 1.890 |
| Pará | 297.659 | 14,4 | 126.036 | 122.116 | 36.716 | 12.791 |
| <i>RM Belém</i> | 73.655 | 12,6 | 9.091 | 43.227 | 15.587 | 5.750 |
| Amapá | 26.424 | 14,9 | 2.529 | 17.002 | 5.285 | 1.608 |
| Tocantins | 58.559 | 13,6 | 19.110 | 17.642 | 17.152 | 4.655 |
| Nordeste | 1.961.532 | 12,1 | 712.800 | 641.669 | 512.489 | 94.574 |
| Maranhão | 465.617 | 26,1 | 341.737 | 78.698 | 35.710 | 9.472 |
| Piauí | 112.521 | 12,8 | 38.816 | 56.264 | 12.942 | 4.499 |
| Ceará | 246.584 | 9,6 | 73.599 | 82.163 | 74.207 | 16.615 |
| <i>RM Fortaleza</i> | 108.959 | 9,9 | 8.555 | 46.560 | 43.391 | 10.453 |
| Rio Grande do Norte | 126.876 | 12,8 | 13.420 | 55.508 | 48.188 | 9.760 |
| Paraíba | 126.937 | 10,7 | 25.634 | 52.526 | 43.776 | 5.001 |
| Pernambuco | 248.378 | 9,1 | 62.176 | 60.889 | 105.688 | 19.625 |
| <i>RM Recife</i> | 111.555 | 9,4 | 23.081 | 36.274 | 45.605 | 6.595 |
| Alagoas | 103.131 | 11,3 | 31.235 | 37.126 | 26.522 | 8.248 |
| Sergipe | 68.264 | 10,3 | 6.938 | 29.567 | 28.473 | 3.286 |
| Bahia | 463.224 | 10,3 | 119.245 | 188.928 | 136.983 | 18.068 |
| <i>RM Salvador</i> | 135.430 | 10,8 | 4.058 | 60.223 | 63.035 | 8.114 |
| Sudeste | 2.184.611 | 8,0 | 103.631 | 641.059 | 1.227.245 | 212.676 |
| Minas Gerais | 454.080 | 7,0 | 17.913 | 179.831 | 234.115 | 22.221 |
| <i>RM Belo Horizonte</i> | 115.045 | 7,2 | 2.538 | 41.450 | 63.443 | 7.614 |
| Espírito Santo | 90.533 | 7,6 | 5.263 | 22.110 | 56.843 | 6.317 |
| Rio de Janeiro | 409.544 | 7,3 | 13.964 | 121.958 | 229.539 | 44.083 |
| <i>RM Rio de Janeiro</i> | 299.649 | 7,1 | 8.757 | 85.523 | 171.699 | 33.670 |
| São Paulo | 1.230.454 | 8,8 | 66.491 | 317.160 | 706.748 | 140.055 |
| <i>RM São Paulo</i> | 592.405 | 9,0 | 29.995 | 161.765 | 328.867 | 71.778 |
| Sul | 623.722 | 6,6 | 111.935 | 202.803 | 289.656 | 19.328 |
| Paraná | 232.783 | 6,6 | 35.442 | 77.438 | 110.186 | 9.717 |
| <i>RM Curitiba</i> | 68.835 | 6,4 | 5.692 | 25.876 | 34.160 | 3.107 |
| Santa Catarina | 150.978 | 7,1 | 31.922 | 37.248 | 77.817 | 3.991 |
| Rio Grande do Sul | 239.961 | 6,3 | 44.571 | 88.117 | 101.653 | 5.620 |
| <i>RM Porto Alegre</i> | 95.504 | 6,7 | 17.892 | 30.206 | 44.387 | 3.019 |
| Centro-Oeste | 495.373 | 10,5 | 43.722 | 178.231 | 245.158 | 28.262 |
| Mato Grosso do Sul | 84.366 | 10,3 | 10.252 | 36.659 | 33.119 | 4.336 |
| Mato Grosso | 73.210 | 7,5 | 5.470 | 28.605 | 33.242 | 5.893 |
| Goiás | 197.960 | 9,6 | 24.320 | 57.456 | 106.121 | 10.063 |
| Distrito Federal | 139.837 | 16,1 | 3.680 | 55.511 | 72.676 | 7.970 |
| Brasil | 5.889.357 | 9,5 | 1.187.903 | 1.916.716 | 2.388.316 | 396.422 |
| <i>Total das RMs</i> | 1.601.037 | 8,4 | 109.659 | 531.104 | 810.174 | 150.100 |
| Demais áreas | 4.288.320 | 10,0 | 1.078.244 | 1.385.612 | 1.578.142 | 246.322 |

Fonte: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 2011.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1): No cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

Tabela 2: Déficit habitacional total por componentes segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas (RM) – Brasil – 2012

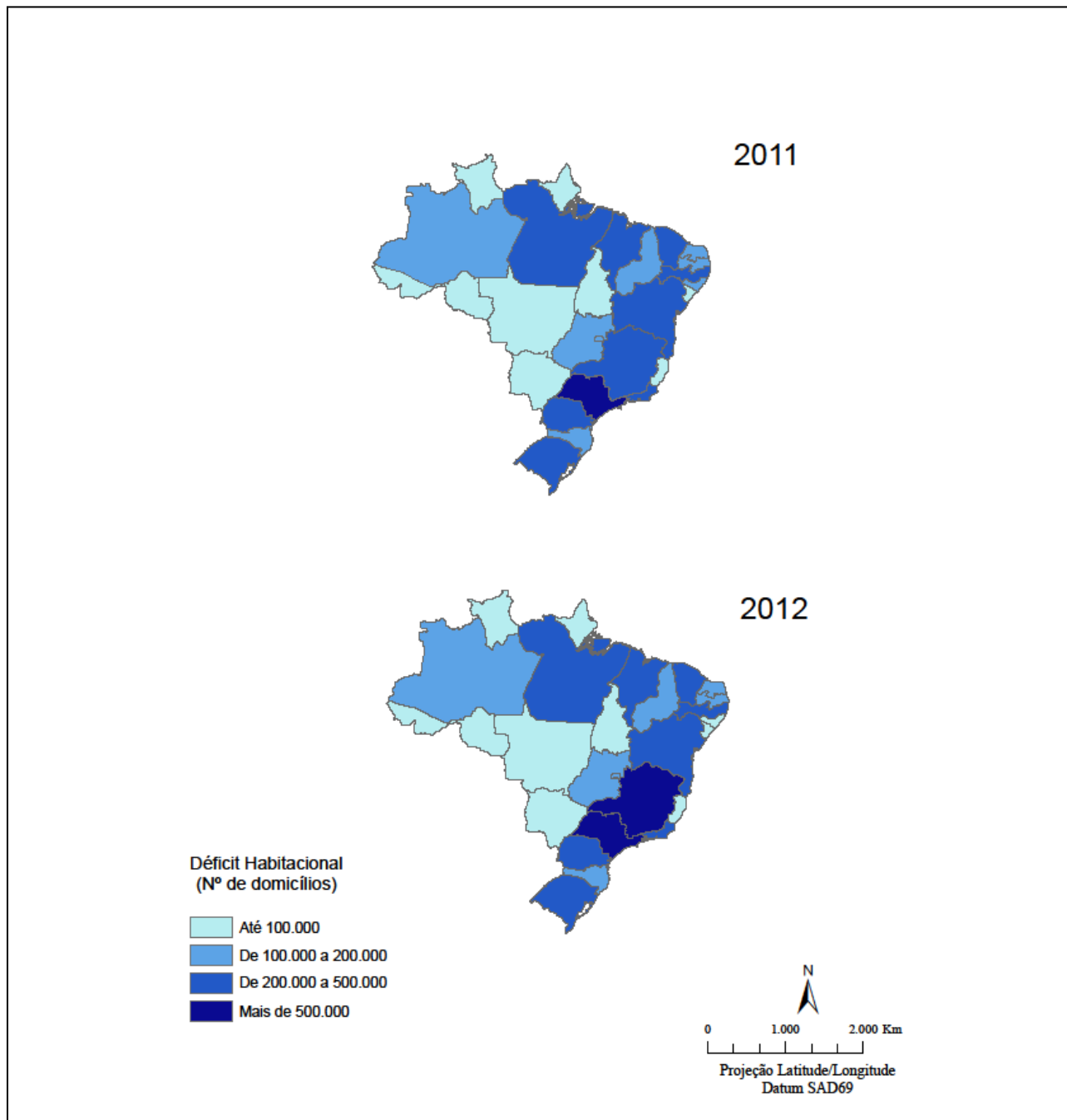
| Especificação | Déficit habitacional | | | | | |
|--------------------------|----------------------|-------------|--------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|
| | Total | | Componentes | | | |
| | Absoluto | Relativo | Habitação precária | Coabitação familiar | Ônus excessivo aluguel | Adensamento excessivo |
| Norte | 575.569 | 12,5 | 120.766 | 266.646 | 140.002 | 48.155 |
| Rondônia | 38.898 | 7,4 | 4.923 | 10.583 | 21.176 | 2.216 |
| Acre | 28.882 | 14,1 | 4.471 | 14.910 | 6.896 | 2.605 |
| Amazonas | 160.071 | 16,9 | 17.032 | 84.124 | 39.504 | 19.411 |
| Roraima | 16.611 | 12,4 | 2.076 | 7.961 | 5.017 | 1.557 |
| Pará | 262.300 | 12,2 | 76.959 | 120.846 | 47.246 | 17.249 |
| <i>RM Belém</i> | <i>65.712</i> | <i>10,6</i> | <i>1.537</i> | <i>39.579</i> | <i>19.023</i> | <i>5.573</i> |
| Amapá | 17.172 | 9,0 | 2.701 | 8.586 | 3.680 | 2.205 |
| Tocantins | 51.635 | 11,6 | 12.604 | 19.636 | 16.483 | 2.912 |
| Nordeste | 1.791.437 | 10,7 | 536.662 | 627.700 | 547.093 | 79.982 |
| Maranhão | 404.641 | 21,9 | 272.502 | 86.591 | 35.091 | 10.457 |
| Piauí | 100.105 | 10,8 | 30.368 | 57.925 | 10.126 | 1.686 |
| Ceará | 248.296 | 9,6 | 54.503 | 90.605 | 84.936 | 18.252 |
| <i>RM Fortaleza</i> | <i>124.701</i> | <i>11,0</i> | <i>6.704</i> | <i>48.268</i> | <i>59.671</i> | <i>10.058</i> |
| Rio Grande do Norte | 123.354 | 12,3 | 7.400 | 62.909 | 47.493 | 5.552 |
| Paraíba | 114.534 | 9,6 | 16.626 | 49.262 | 43.105 | 5.541 |
| Pernambuco | 244.396 | 8,6 | 36.583 | 66.498 | 123.436 | 17.879 |
| <i>RM Recife</i> | <i>108.835</i> | <i>8,9</i> | <i>7.324</i> | <i>32.967</i> | <i>62.789</i> | <i>5.755</i> |
| Alagoas | 91.609 | 9,7 | 24.709 | 35.562 | 25.312 | 6.026 |
| Sergipe | 77.756 | 11,7 | 6.880 | 37.847 | 30.277 | 2.752 |
| Bahia | 386.746 | 8,2 | 87.091 | 140.501 | 147.317 | 11.837 |
| <i>RM Salvador</i> | <i>112.952</i> | <i>8,7</i> | <i>3.432</i> | <i>40.875</i> | <i>63.653</i> | <i>4.992</i> |
| Sudeste | 2.356.075 | 8,5 | 89.785 | 656.714 | 1.404.993 | 204.583 |
| Minas Gerais | 510.894 | 7,7 | 17.958 | 179.791 | 291.557 | 21.588 |
| <i>RM Belo Horizonte</i> | <i>148.163</i> | <i>8,9</i> | <i>794</i> | <i>60.374</i> | <i>81.830</i> | <i>5.165</i> |
| Espírito Santo | 80.856 | 6,6 | 1.092 | 26.227 | 51.897 | 1.640 |
| Rio de Janeiro | 444.142 | 8,0 | 14.492 | 139.608 | 252.881 | 37.161 |
| <i>RM Rio de Janeiro</i> | <i>331.260</i> | <i>8,0</i> | <i>11.490</i> | <i>106.588</i> | <i>183.824</i> | <i>29.358</i> |
| São Paulo | 1.320.183 | 9,2 | 56.243 | 311.088 | 808.658 | 144.194 |
| <i>RM São Paulo</i> | <i>700.259</i> | <i>10,1</i> | <i>44.699</i> | <i>129.839</i> | <i>442.710</i> | <i>83.011</i> |
| Sul | 604.974 | 6,2 | 99.515 | 177.294 | 305.812 | 22.353 |
| Paraná | 248.955 | 6,8 | 49.338 | 58.895 | 129.463 | 11.259 |
| <i>RM Curitiba</i> | <i>86.820</i> | <i>7,9</i> | <i>19.542</i> | <i>14.549</i> | <i>49.093</i> | <i>3.636</i> |
| Santa Catarina | 147.769 | 6,7 | 20.120 | 44.398 | 77.009 | 6.242 |
| Rio Grande do Sul | 208.250 | 5,4 | 30.057 | 74.001 | 99.340 | 4.852 |
| <i>RM Porto Alegre</i> | <i>86.263</i> | <i>5,9</i> | <i>10.286</i> | <i>30.390</i> | <i>42.780</i> | <i>2.807</i> |
| Centro-Oeste | 464.453 | 9,6 | 37.049 | 137.103 | 262.448 | 27.853 |
| Mato Grosso do Sul | 67.541 | 7,7 | 7.133 | 22.231 | 34.821 | 3.356 |
| Mato Grosso | 82.660 | 8,3 | 6.991 | 29.606 | 39.481 | 6.582 |
| Goiás | 176.274 | 8,3 | 10.347 | 45.516 | 107.173 | 13.238 |
| Distrito Federal | 137.978 | 16,2 | 12.578 | 39.750 | 80.973 | 4.677 |
| Brasil | 5.792.508 | 9,1 | 883.777 | 1.865.457 | 2.660.348 | 382.926 |
| <i>Total das RMs</i> | <i>1.764.965</i> | <i>9,0</i> | <i>105.808</i> | <i>503.429</i> | <i>1.005.373</i> | <i>150.355</i> |
| Demais áreas | 4.027.543 | 9,1 | 777.969 | 1.362.028 | 1.654.975 | 232.571 |

Fonte: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 2012.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

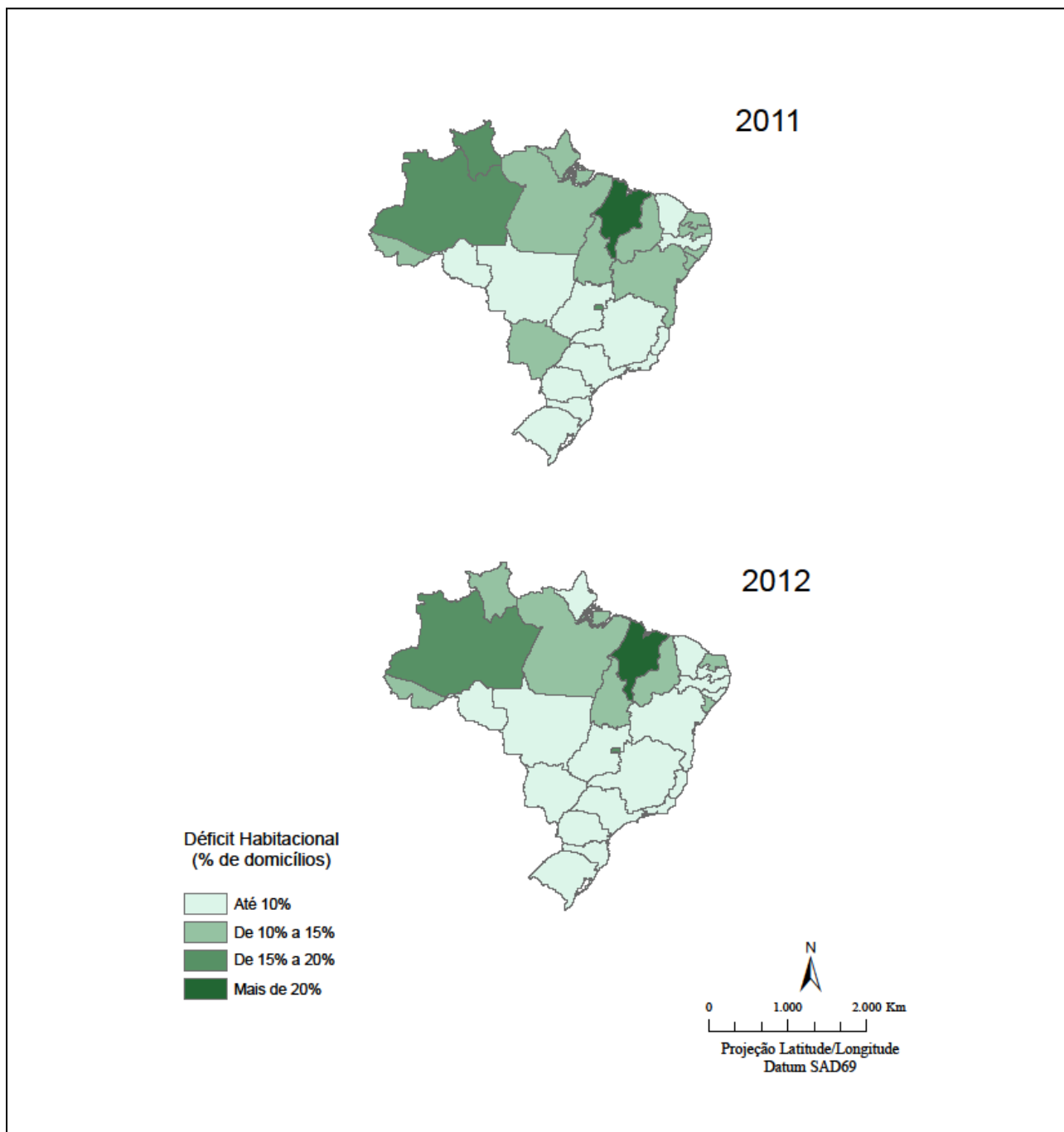
(1): No cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

Mapa 1: Déficit habitacional absoluto segundo unidades da federação – Brasil –2011- 2012



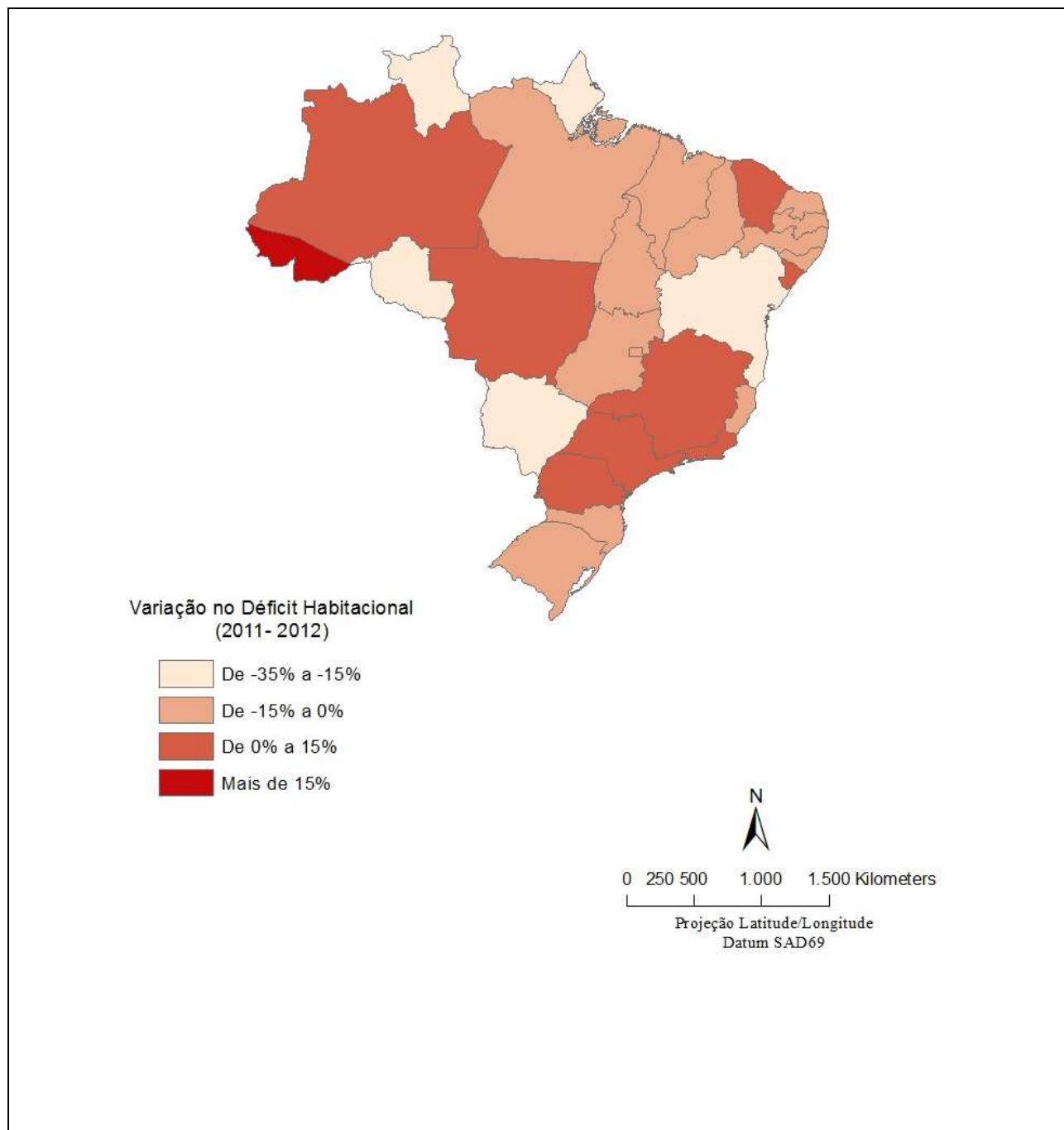
Fonte: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 2011, 2012.

Mapa 2: Déficit habitacional relativo segundo unidades da federação – Brasil – 2011-2012



Fonte: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 2011, 2012.

Mapa 3: Variação no déficit habitacional no período 2011-2012 segundo unidades da federação – Brasil



Fonte: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 2011, 2012.

3.2 Déficit habitacional no Brasil série 2007-2012

A análise inicial dos resultados aponta uma tendência de queda no déficit habitacional total para o Brasil no período 2007-2012. O déficit passou de 6,102 milhões de unidades em 2007 para 5,792 milhões em 2012. Durante o período, apenas o ano de 2009 apresentou uma ligeira alta em termos absolutos (6,143 milhões de unidades) em relação a 2007 (tab. 3). Em termos relativos o déficit habitacional apresentou uma queda consistente de 2007 a 2012, passando de 10,8% dos domicílios particulares permanentes e improvisados em 2007 para 9,1% em 2012.

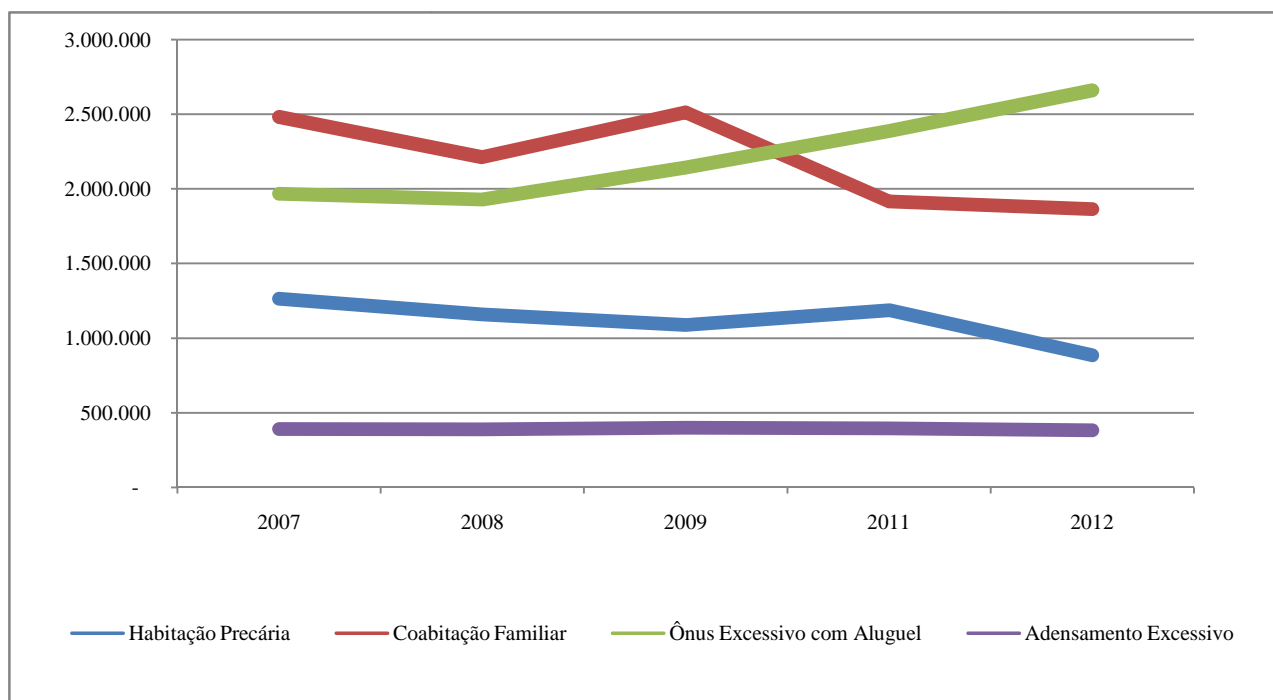
Em relação à composição do déficit habitacional, é possível notar uma redução significativa na participação do componente coabitação familiar e um aumento na participação do ônus excessivo com aluguel (gráf 1). Enquanto a coabitação respondia por cerca de 41% do déficit em 2007, esse percentual cai para cerca de 32% em 2012. Já ônus excessivo com aluguel passa de 32% em 2007 para 46% em 2012 (graf. 2). O componente habitação precária também apresenta uma queda no período, de cerca de 21% em 2007 para 13% em 2012, enquanto o adensamento excessivo em domicílios alugados permanece praticamente constante, em torno de 6%.

Tabela 3: Composição do déficit habitacional – Brasil – 2007-2012

| Especificação | Ano | | | | |
|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 |
| Déficit Total Absoluto | 6.102.414 | 5.686.703 | 6.143.226 | 5.889.357 | 5.792.508 |
| Relativo | 10,8 | 9,8 | 10,4 | 9,5 | 9,1 |
| Total de Domicílios | 56.338.622 | 58.180.644 | 59.252.675 | 62.116.819 | 63.766.688 |
| COMPONENTES | | | | | |
| Habitação Precária | 1.264.414 | 1.158.801 | 1.088.634 | 1.187.903 | 883.777 |
| <i>Improvisados</i> | <i>109.421</i> | <i>101.100</i> | <i>69.432</i> | <i>130.905</i> | <i>85.550</i> |
| <i>Rústicos</i> | <i>1.154.993</i> | <i>1.057.701</i> | <i>1.019.202</i> | <i>1.056.998</i> | <i>798.227</i> |
| Coabitação Familiar | 2.481.128 | 2.211.276 | 2.511.541 | 1.916.716 | 1.865.457 |
| <i>Cômodos</i> | <i>200.094</i> | <i>175.366</i> | <i>216.924</i> | <i>221.546</i> | <i>170.926</i> |
| <i>Famílias Conviventes</i> | <i>2.281.034</i> | <i>2.035.910</i> | <i>2.294.617</i> | <i>1.695.170</i> | <i>1.694.531</i> |
| Ônus Excessivo com Aluguel | 1.965.981 | 1.928.236 | 2.143.415 | 2.388.316 | 2.660.348 |
| Adensamento Excessivo | 390.891 | 388.390 | 399.636 | 396.422 | 382.926 |

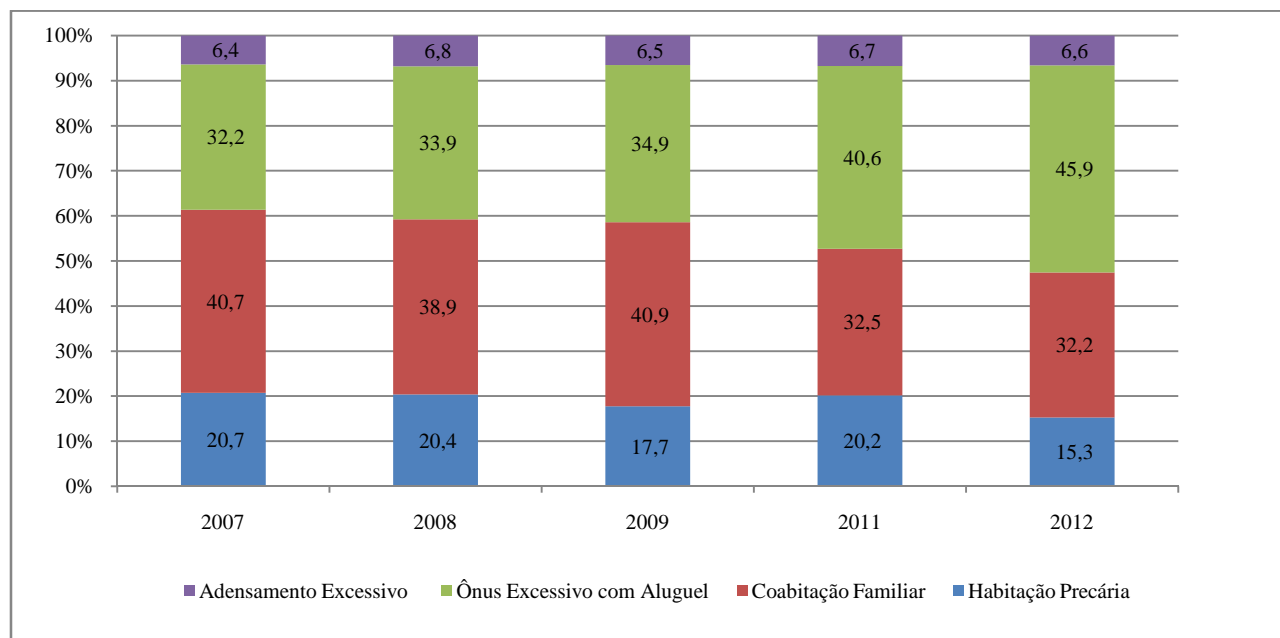
Fonte: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, 21008, 2009, 2011, 2012.

Gráfico 1: Variação dos componentes do déficit habitacional – Brasil – 2007-2012



Fonte: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012.

Gráfico 2: Composição do déficit habitacional segundo componentes – Brasil – 2007-2012



Fonte: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualização dos resultados do déficit habitacional é instrumento fundamental para a tomada de decisões, a formulação e o monitoramento e avaliação das políticas públicas habitacionais nos diferentes níveis de governo.

A análise das primeiras estimativas do déficit habitacional no Brasil, no período 2007-2012, aponta uma tendência de queda que pode ser atribuída à redução nos componentes domicílios precários (domicílios rústicos e improvisados) e coabitação familiar, em especial no número de famílias conviventes que desejam constituir novo domicílio.

Apesar dessa tendência de queda, a redução no déficit não se deu de forma homogênea entre os estados nem entre os componentes. Uma análise mais detalhada do comportamento do déficit habitacional e da inadequação de domicílios será apresentada na próxima publicação da série de estudos Déficit Habitacional no Brasil, em elaboração pela Fundação João Pinheiro.

5 REFERÊNCIAS

IBGE. Estimativas de população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra das Pnads 2001 a 2012, reponderados com base na projeção de população do Brasil e das Unidades da Federação, realizada em 2013. Estimativas municipais calculadas com base na tendência de crescimento 2000-2010. Nota Técnica. 2014. Acesso em: 27 de maio de 2014. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/reponderacao_2001_2012/nota_tecnica.pdf

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Belo Horizonte, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Belo Horizonte, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2009**. Belo Horizonte, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional Municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte, 2013.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, 2007.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, 2008.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, 2009.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 2011.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 2012.